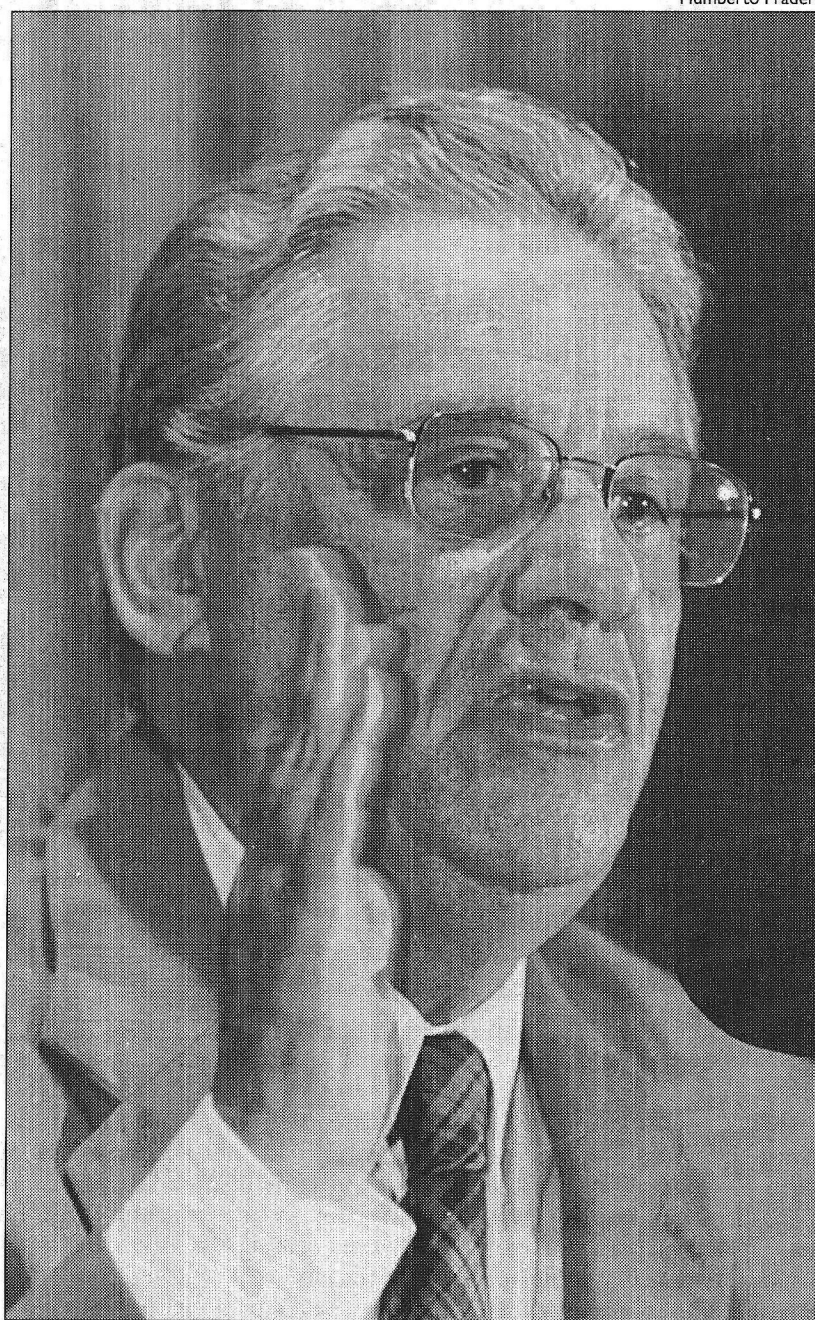


Resposta na ponta da língua

Fernando Henrique abandona seu estilo conciliador e parte para reação rápida e dura às críticas contra o Governo

Depois de pôr um fim nas divergências internas da sua equipe, o presidente Fernando Henrique Cardoso adotou um tom mais agressivo nos seus discursos para tentar mostrar à sociedade e aos partidos aliados que quem governa o País é ele. As pesquisas que chegam ao Palácio do Planalto mostram que a população acha que o Presidente perdeu a autoridade diante do confronto público de ministros e brigas na sua base aliada. Quem conhece bem o Presidente garante que o seu perfil é conciliador e não toma decisões "com o fígado", como ele costuma dizer. Mas Fernando Henrique tratou de estabelecer os limites num discurso que fez, no início da semana, para os estagiários da Escola Superior de Guerra, e a partir daí não deixou mais nenhuma crítica sem resposta, tomando sempre o cuidado de não irritar seus aliados para garantir os votos que precisa no Congresso para aprovar projetos de interesse do Governo.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG) acha que a reação do Presidente é uma consequência natural dos últimos confrontos entre os aliados e integrantes do Governo. "Acho que o Governo caminha para o restabelecimento de uma convivência mais sólida entre aqueles que o apóiam, e isso passa pela manutenção da autoridade do Presidente", disse o deputado. Segundo ele, os partidos aliados sabem que "fragilizar" o Governo não é uma boa alternativa política para eles próprios. A decisão do Presidente de reafirmar sua autoridade, na opinião do deputado, é mais uma



Humberto Pradera

Fernando Henrique: reação para deixar claro quem manda

"questão virtual do que real", ou seja para mostrar a população. "Eu nunca duvidei da autoridade do Presidente", disse.

É importante, segundo o deputado, que a população perca a impressão de que falta autoridade ao presidente da República. "As pessoas confundem o seu estilo conciliador com fragilidade", disse. Na sua opinião, Fernando Henrique não parte para o confronto como faz o presidente do Senado,

Antonio Carlos Magalhães, mas sabe o momento exato de reagir. A primeira reação foi colocar, com firmeza, que quer que a base do seu Governo tenha um comportamento de aliado. "Ninguém quer excluir ninguém da base do Governo. Queremos um comportamento da base como aliados e o Presidente sabe o momento de colocar tudo no seu devido lugar", disse Aécio Neves.

O líder do Governo na Câmara,

deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), acredita que as atuais "turbulências" políticas são típicas de início de Governo. Ele lembra as dificuldades enfrentadas pela equipe de Fernando Henrique no início do primeiro mandato com a greve dos petroleiros enquanto a equipe econômica fazia os acertos para consolidar a implantação do Real. "A perda de prestígio do Governo num momento de turbulência econômica é previsível. O Governo volta a ter prestígio quando recuperar a economia", disse Madeira. As divergências entre aliados e membros do Governo, na sua opinião, precisam ser discutidas internamente.

O primeiro sinal do Presidente de que abandonaria seu estilo conciliador aconteceu nas duas reuniões ministeriais que convocou para colocar ordem na casa, pedindo aos ministros que se comportem como membros do Governo e passem a agir de forma integrada. "Agora é cara ou coroa", disse reagindo à discussão pública

provocada pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, que quase perdeu o cargo por insistir na nomeação de Wantuir Jacine para a Polícia Federal, abrindo confronto público, envolvendo o PMDB com o chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Cardoso, um homem discreto e da mais alta confiança do Presidente.

Quando tudo parecia resolvido com a nomeação de João Batista Campelo para a PF, aparecem con-

tra ele as denúncias de que havia participado de sessões de tortura de dois padres, em 1970. Um dos padres foi cabo eleitoral do ministro Renan Calheiros, que não aprovou a escolha de Campelo. Fernando Henrique ficou novamente

"Se bem que a democracia implique a compreensão do outro, em certos graus de tolerância, devo dizer que, no meu caso, a minha tolerância chegou ao limite. Chegou ao limite".

Terça-feira, ao dar um recado indireto contra as brigas entre os aliados

numa encruzilhada: ele não queria precipitar a demissão de Campelo e depois descobrir que as denúncias não passavam de uma armação política. Por fim, o próprio Campelo, desgastado politicamente,

"Essas oligarquias industriais ou financeiras que vivem chorando pela falta de esperança no Brasil, elas estão chorando por um passado do qual foram beneficiárias e que não vai voltar".

Quinta-feira, ao responder ao pessimismo de um empresário paulista

pediu demissão três dias depois de tomar posse no cargo, negando sua participação na tortura dos padres.

Acalmado os ânimos, o Presidente iniciou a semana enviando o segundo sinal de que mudou o estilo, horas antes de anunciar o nome de Agílio Monteiro para a Polícia Federal. Num discurso, para os estagiários da Escola Superior de Guerra, disse que sua tolerância "chegou ao limite", não aceitaria mais "disputas corporativas" e

pediu respeito às suas decisões. "A decisão tomada há de ser respeitada", disse. Dois dias depois não se conteve diante das críticas dos empresários paulistas à política econômica. "O Governo cometeu tantos equívocos em sua política econômica que o Brasil se tornou um País sem esperança", disse o presidente do Conselho Administrativo do Grupo Ultra, Paulo Cunha. Fernando Henrique devolveu: "As oligarquias industriais e financeiras que vivem chorando pela falta de esperança no Brasil estão chorando por um passado do qual foram beneficiados e que não vai voltar".

No mesmo tom, ele foi contra a Procuradoria da República que denunciou ao Ministério Público seis integrantes do seu Governo acusados de beneficiar o Banco Opportunity no leilão da Telebras, no ano passado. Entre eles estão o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente. O País, reagiu o Presidente, não pode ser emperrado a todo instante por "hipócritas" e a "base moral" do Governo não pode ser vítima, a todo instante, de insinuações de envolvimento em corrupção. Fernando

Henrique encerrou a semana tentando evitar o início de uma discussão na base aliada sobre a reforma ministerial que deverá fazer em julho. Desmentiu o ministro da Educação, Paulo Renato que comentou o assunto publicamente e pediu à imprensa: "Não inventem mais nada, por favor".